

TÍTULO DO TRABALHO	
Educação ambiental e capitalismo: uma aproximação do tema a partir da teoria da materialidade da ideologia	
AUTOR(ES)	INSTITUIÇÃO
Leila Giovana Izidoro	Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP)
CATEGORIA DO TEXTO	
Trabalho completo de comunicação científica	
GRUPO DE TRABALHO	
GT 3 - Educação e emancipação humana: o que nos ensina o marxismo	
RESUMO / PALAVRAS-CHAVE	
<p>O objetivo deste artigo é estudar em que medida a educação ambiental pode ser entendida como uma ideologia em um contexto de expansão da acumulação do capital em escala global. Para isso, será dado enfoque à forma como a educação ambiental tem sido inserida nas diretrizes de três empresas transnacionais (Ambev, Tetra Pak e Unilever), em especial, nos seus programas de formação de cooperativas de reciclagem. O método materialista histórico-dialético será adotado, trazendo contribuições da teoria da materialidade da ideologia de Althusser. A hipótese que se pretende demonstrar é a de que a ideologia da educação ambiental evidencia condições materiais específicas do modo de produção capitalista e fortalece a reposição de suas categorias ao moldar a força de trabalho de catadores e catadoras na base da indústria da reciclagem.</p> <p>Palavras-chave: educação ambiental; ideologia; materialidade; força de trabalho; reciclagem; catadores.</p> <p>Introdução</p> <p>Neste artigo, tomo como desafio tratar de um tema por mim ainda pouco explorado: a relação entre ideologia e educação ambiental. Assumo, de antemão, as inúmeras limitações impostas a este trabalho, tanto pela minha incapacidade teórica, nesse momento, de realizar um estudo mais aprofundado do tema, como pela fragmentação do conhecimento universitário que impede maior interação entre disciplinas consideradas isoladas. Por essa razão, este artigo não pode ser entendido como um trabalho acabado, mas sim como um pontapé para investigações de mais largo fôlego.</p>	

Nesse sentido, este estudo propõe realizar uma aproximação do tema, que já vem sendo discutido a partir de diferentes enfoques. Cito algumas abordagens que foram úteis para a elaboração deste estudo. Na sociologia da educação, Layargues (2003), analisa o processo de ecologização da educação ambiental, que a molda de forma conservacionista, como um instrumento ideológico de reprodução social (LAYRARGUES, 2003, p. 103). Na educação, Lamosa (2010) foca no contexto de reorganização do padrão de sociabilidade do capital, a partir da necessidade de alguns setores do empresariado, que passaram a atuar no espaço escolar, por meio de projetos associados a políticas de responsabilidade social e ambiental (LAMOSA, 2010, p. 27).

Na antropologia social, Foladori (2000) analisa os conceitos de sustentabilidade ecológica e de sustentabilidade social, denotando que ambos abordam os problemas ambientais a partir de uma perspectiva técnica, deixando de localizar a insustentabilidade nas raízes das relações sociais capitalistas (FOLADORI, 2000, p. 74). Mais ainda, o autor critica o conceito de desenvolvimento sustentável, ao situá-lo na busca por um mundo melhor para as futuras gerações. Tal discurso traduz a preocupação dos 15% mais ricos da população mundial, que desejam que seus descendentes possam desfrutar das riquezas herdadas em um ambiente saudável, enquanto o principal problema da maioria da população mundial é sobreviver o dia seguinte, devido à pobreza e a crescente instabilidade laboral. (FOLADORI, 2001, p. 54).

Também contribuiu essencialmente para a elaboração deste trabalho os aportes de Catini (2016) sobre a relação entre força de trabalho e educação. Embora a autora não trate especificamente da educação ambiental ou da questão ambiental, em seu aspecto mais amplo, traz importantes conclusões acerca da função da educação na formação da força de trabalho e do papel da forma jurídica para efetivar a igualdade formal entre sujeitos de direito no âmbito escolar (CATINI, 2016, p. 278-279).

Esclarecidas as limitações deste estudo e as abordagens teóricas que contribuíram para sua reflexão, passo a expor a justificativa pela escolha do tema. Parto da constatação de que a expansão do processo de acumulação do capital em escala global tem contribuído para o avanço dos esquemas de expropriação da natureza e de exploração da força de trabalho. Ao mesmo tempo e contrariamente, nunca estivemos tão cercadas por iniciativas de economia verde, de ecodesenvolvimento ou de desenvolvimento sustentável, que geram certa ambiguidade sobre seu conteúdo.

É nesse sentido que entendo que a questão ambiental, que tem se tornado mais evidente pelos discursos ambientalistas do século XXI, está intrinsecamente ligada à intensificação da questão social¹, amplamente discutida desde inícios do século XIX. Pretendo, portanto, analisar o desdobramento da questão ambiental a partir da necessidade constante do capitalismo de se reproduzir enquanto forma social. Busco evidenciar, especialmente, como a questão ambiental tem sido abordada por processos educativos e formativos alinhados ao capitalismo internacionalizado, por meio da chamada educação ambiental.

É importante salientar que há um movimento contraditório acerca da problemática ambiental. Por um lado, cresce a necessidade de uma educação ambiental emancipatória para a superação do processo contínuo de expropriação da natureza². Mas, por outro, há a proliferação de discursos ligados à responsabilidade social corporativa em torno do meio ambiente, o que, por sua vez, evidencia a necessidade de uma educação que garanta a reprodução das condições materiais de produção.

Entendo que tal contradição é inerente ao processo de luta de classes. No entanto, optei, neste artigo, pelo enfoque deste movimento assimilatório, que evidencia a educação ambiental como instrumento ideológico capitalista. Para isso, a pesquisa parte do materialismo histórico-dialético como método de investigação e utiliza a teoria da materialidade da ideologia, de Louis Althusser, como marco teórico. Parto, portanto, do entendimento de que a ideologia deve ser analisada a partir da história das formações sociais, dos modos de produção combinados nas formações sociais e das lutas de classes que se desenvolvem dentro delas (ALTHUSSER, 1996, p. 124).

O estudo terá como foco as diretrizes traçadas pelos setores do capital internacional para a formação em educação ambiental de cooperativas e associações de catadores e catadoras de materiais recicláveis. Irei me ater à análise dos projetos de educação ambiental realizados entre 2016 e 2017 e voltados à formação destes trabalhadores a partir da iniciativa

¹ Entendo o termo “questão social” a partir da análise de Castel (1998) sobre os reflexos da estruturação do modo de produção capitalista na decadência das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora na primeira metade do século XIX. É possível tratar de uma nova ou constante questão social, nesse sentido, que remete à mesma amplitude e à mesma importância da centralidade do trabalho para a análise da realidade social (CASTEL, 1998, p. 526-527). A abordagem proposta é a de que a questão social e a questão ambiental estão intrinsecamente conectadas, podendo ser consideradas como duas faces de uma mesma moeda.

² Embora o debate sobre a formulação de uma educação ambiental emancipatória não seja o foco de minha análise, é possível identificar a emergência de alguns movimentos ligados ao pensamento crítico: a Educação Ambiental Alternativa; a Educação Ambiental Crítica; a Educação no Processo de Gestão Ambiental; a Educação Ambiental Emancipatória e a Educação Ambiental Popular (LAYRARGUES, 2003, p. 69).

de três grandes transnacionais: a Ambev, belgo-brasileira, que produz bebidas e cervejas; a Tetra Park, de origem sueca, que fabrica embalagens para alimentos; e a Unilever, britânica-neerlandesa, que produz bens de consumo, tais como alimentos, bebidas, produtos de limpeza e de higiene pessoal. A escolha por essas empresas se justifica pela posição que ocupam dentro do capitalismo monopolista. O intuito da análise é evidenciar como a educação ambiental é descrita nos relatórios empresariais e como os resultados da adoção dessas medidas educativas estão relacionados aos macroprocessos e práticas sociais³.

Nesse sentido, o problema de pesquisa pode ser definido, de forma explícita, nas seguintes perguntas: a partir de que parâmetros a educação ambiental pode ser entendida como uma ideologia? Quais os interesses que estão por trás das diretrizes traçadas para a formação de catadores e catadoras em educação ambiental? Como tal educação ambiental pode ser entendida a partir da teoria da materialidade das ideologias? A hipótese que se pretende demonstrar é a de que a educação ambiental age ideologicamente no sentido de reprodução das condições materiais de produção capitalista, sobretudo, da própria formação da força de trabalho.

O artigo está dividido em quatro partes. Na primeira delas, busco explicitar os pressupostos metodológicos do estudo e seus marcos teóricos, especialmente a teoria da materialidade da ideologia, e sua relação com o tema. Na segunda parte, busco destacar, por meio da análise de documentos institucionais, quais as diretrizes traçadas por organismos internacionais para a educação ambiental nos países em desenvolvimento, especialmente no Brasil. Na terceira parte, irei analisar os Relatórios de Sustentabilidade da Ambev, Tetra Pak e Unilever, entre 2016 e 2017, a fim de evidenciar como a educação ambiental atua enquanto ideologia no contexto de produtividade das empresas. No quarto e último item, intentarei sistematizar algumas considerações finais sobre o tema e pretendo dar possíveis respostas às perguntas de pesquisa elencadas nesta introdução.

2. Capitalismo e ideologia: aportes para pensar o campo da educação ambiental

A tarefa que me propus nesse artigo passa por buscar elementos para a construção de uma teoria da ideologia que se pautar por uma análise dialético-materialista da totalidade e que

³ Isto é, busco entender como a adoção da educação ambiental por parte das referidas empresas transnacionais está ligada a uma concepção material de ideologia, relacionada às práticas sociais e aos macroprocessos que estruturam o próprio modo de produção capitalista. Nesse sentido, a análise de documentos das empresas servirá apenas para dar uma ideia dos efeitos da necessidade de reprodução das condições materiais da produção.

sirva de aporte metodológico para entender o tema em questão. Nesse sentido, inicio este item tratando de algumas abordagens sobre o conceito de ideologia dentro do marxismo, com o intuito de situar a escolha pela teoria da materialidade de Althusser, embora não sem ressalvas.

A primeira concepção de ideologia que menciono, a fim de superá-la, está relacionada à chamada alegoria do mirante, tratada por Löwy (2003). Para o autor, os cientistas colocam-se em mirantes de alturas diferentes ao analisar a realidade social, pelos quais as visões de mundo⁴ poderiam ser classificadas de maneira binária: as que possuem objetivo de transformação da realidade seriam utopias e as comprometidas com a manutenção do *status quo* seriam consideradas ideologias (LÖWY, 2003, p. 167-168).

No entanto, tal esquema apresenta algumas lacunas, afinal, conforme exemplo apresentado por Batista (2013), no contexto posterior à Revolução Russa, a volta à “visão social de mundo czarista não deixaria de ser, na classificação apresentada por Löwy, uma utopia, por almejar a transformação do estado de coisas existente” (BATISTA, 2013, P.120). Da mesma forma, a visão de mundo ambientalista propagada pelo empresariado transnacional não poderia ser considerada uma ideologia, mas sim uma utopia, pois prega a necessidade de mudar o modo linear como tem sido organizado o modo de produção capitalista⁵. Por isso descaro tal concepção de ideologia como válida para a interpretação do tema proposto.

Outra concepção bastante frequente do conceito de ideologia é o de falsa ideia ou falsa consciência de uma situação verdadeira. É dessa forma que a ideologia era entendida por Marx e Engels em *A ideologia Alemã*, em que, para os autores, “até o presente, os homens sempre fizeram falsas representações sobre si mesmos (..) Os produtos de sua cabeça acabaram por se impor à sua própria cabeça (MARX, 1979, p. 17).

No entanto, o que interessa não é tanto se o conteúdo da ideologia é verdadeiro ou falso, pois entendo que estamos diante do conteúdo ideológico quando este é funcional com respeito a alguma relação de dominação social. Isto é, o que importa é o modo como esse conteúdo se relaciona com a postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação (ZIZEK, 1996, p. 13). Ainda assim, demonstrar que a ideologia só pode ser

⁴ Löwy empresta o conceito de “visão de mundo” da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim, conforme apontado por Eagleton (1996) e Batista (2013).

⁵ É evidente que nesse caso, a transformação faz parte das reposições das próprias categorias do capitalismo, como pretendo demonstrar, e por isso, tal exemplo seria limitado em seu conteúdo transformador.

entendida a partir do papel de dominação social não situa suficientemente no que consiste tal dominação.

Nesse sentido, é interessante a abordagem de Poulantzas (1997), para quem a ideologia é um fenômeno intrinsecamente relacional, tal como a própria classe social, e expressa a maneira como uma classe vivencia suas condições de existência em relação à experiência vivida de outras classes (POULANTZAS, 1977, parte 3, cap. 2). Tal conceito relacional de ideologia se alinha, em grande parte, aos fins deste trabalho, pois situa a dominação social a partir do papel que a ideologia desempenha no capitalismo. De forma que ela tem que se comprometer, de algum modo, com a experiência vivida pela classe trabalhadora; e a maneira como essas classes vivenciam seu mundo também é moldada e influenciada pela ideologia capitalista.

No entanto, evidenciar a concepção relacional da ideologia ainda não explica completamente sua relação com a totalidade⁶. Nesse sentido, a teoria da materialidade da ideologia de Althusser dá um passo importante: a ideologia já não é apenas uma distorção ou uma reflexão falsa, nem uma mediação entre o indivíduo e a realidade social, ou um efeito automático do modo de produção capitalista. A ideologia é colocada como um meio indispensável para a reprodução social, ou seja, para a produção de sujeitos que atuem na reprodução das condições de produção.

Portanto, a ideologia não é primordialmente uma questão de ideias, mas uma estrutura que se impõe sem necessariamente ter que passar pela consciência (EAGLETON, 1996, p. 218). O ponto chave, então, é compreender como a ideologia cumpre o papel de assegurar a reprodução das relações de produção de forma consentida, a partir de imposição de “verdades imutáveis”.

“É uma peculiaridade da ideologia, impor (sem aparentar fazê-lo, já que se trata de “evidências”) as evidências como evidências, que não podemos deixar de reconhecer e diante das quais temos a inevitável e natural reação de exclamar (em voz alta ou no “silêncio da consciência”): ‘É evidente! É isso mesmo! É verdade!’” (ALTHUSSER,

⁶ "A categoria de totalidade significa (...), de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações forma, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas (LUKÁCS, 1967, p. 240).

Dessa forma, nesse momento é importante frisar o fato de que toda ideologia tem a função de interpelar⁷ e “construir” indivíduos concretos como sujeitos (ALTHUSSER, 1996, p. 132) e que tal movimento explica, em grande parte, o papel da educação como ideologia, a fim de moldar a força de trabalho ao modo de produção. O modo de educar socialmente necessário estaria inscrito, sobretudo, na forma do direito, tendo “como importante função a formação da força de trabalho, sendo condição para a formação de grande parte de trabalhadores e trabalhadoras. Estes alienam sua força de trabalho livremente, tais como sujeitos de direito” (CATINI, 2016, p. 278).

No mesmo sentido, pode-se estender tal raciocínio para a educação ambiental, que “é também um instrumento ideológico de reprodução social” (LAYRARGUES, 2003, p. 104). No entanto, faz-se necessário esclarecer os contornos de tal educação ambiental, a partir de que evidências ela é determinada, quais são seus interesses específicos e como ocorre o processo de interpelação dos sujeitos foco de minha análise: os catadores e as catadoras de materiais recicláveis. É o que pretendo realizar nos próximos itens.

3. Educação ambiental como pauta orientada pelas organizações internacionais

A análise da questão ambiental possui diversas abordagens dentro da academia, todavia, a linha de estudos sobre contradições ecológicas do capitalismo é a que tem ganhado mais força, por meio dos seguintes marcos teóricos: a teoria da modernização ecológica, que propõe novos padrões de consumo; o ecodesenvolvimento, de Ignacy Sachs, que propõe conciliação entre satisfação de necessidades, crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental; e a teoria de Ulrich Beck, que assevera que atualmente vivemos no “paradigma do risco”, em que os resíduos do processo produtivo estariam crescendo e as consequências negativas estariam atingindo os próprios produtores de risco⁸ (ALONSO, 2002, pp.35-78).

⁷ Para Althusser, a interpelação do indivíduo como sujeito é o mecanismo fundamental do funcionamento da ideologia, o que se materializa por meio dos chamados aparelhos ideológicos do Estado (AIEs). Entretanto, nesse texto, não trato dos AIEs, mas sim de um “sistema corporativo internacional” como um aparelho ideológico, que depende dos Estados, porém vai além deles, pois é internacionalizado. De todo modo, é importante definir, de forma sintética, a interpelação como uma imposição da estrutura social sobre o indivíduo, tanto como sujeito de seus próprios atos, quanto como assujeitado à estrutura que pré-define seu papel social.

⁸ A teoria do risco se aproxima de uma teoria de evidências e há autores construtivistas que denotam que os riscos não são socialmente processados se não forem cognitivamente construídos por agentes sociais, isto é, são ideologicamente constituídos. Nesse sentido, a questão dos riscos objetivos desaparece para dar lugar à análise

Essa abordagem de transformação socioambiental sem necessária superação do modo de produção capitalista vem sendo propagada de forma mais contundente pelas organizações internacionais. De fato, atualmente, organizações internacionais, corporações transnacionais e grupos financeiros com atuação mundial vêm erguendo a pauta do desenvolvimento sustentável e da educação ambiental como parte de estratégias de consolidação de um capitalismo “verde”. Em especial, podemos dizer que a Organização das Nações Unidas (ONU) tem estado à frente desta pauta ao menos desde os anos 1970, como veremos a seguir.

Na agenda internacional, a 1ª Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, organizada em 1972, em Estocolmo, foi um marco importante para a educação ambiental. Durante a Conferência, foi lançado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O tema avançou a partir de uma parceria entre o PNUMA-ONU, e sua agência especializada em Educação, Ciência e Cultura, a UNESCO-ONU, na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, em 1977. Naquela oportunidade, foram estabelecidos cinco objetivos principais da Educação Ambiental, descritos sumariamente nas palavras: consciência, conhecimento, comportamento, aptidões e participação.

Dez anos depois, foi realizado o Congresso Internacional em Educação e Formação Ambiental, promovido pela ONU (UNESCO/PNUMA), em Moscou. Nessa conferência, a Educação Ambiental foi definida como um processo permanente no qual indivíduos e a comunidade ganham consciência de seu ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e também a determinação que lhes permitirá atuar para resolver problemas ambientais presentes e futuros.

Outro marco foi a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, na qual foi elaborada a Agenda 21. Também em decorrência da Eco-92, foram elaborados outros dois documentos: a Carta da Terra e o Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global, ambos funcionando como declarações de princípios éticos para a construção de um futuro sustentável.

A educação ambiental tornou-se uma das três prioridades da Agenda 21, com atenção especial em seu capítulo 36: “Promoção do ensino, da conscientização e do treinamento”. Segundo análise do documento, as áreas descritas da Agenda para tal promoção são:

dos processos discursivos, sociais e políticos de “construção” de riscos. Essa abordagem se aproxima da análise de Althusser acerca das ideologias imporem evidências.

reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento sustentável; aumento da consciência pública; e promoção do treinamento. Sobre esta última, é possível destacar, dentre seus objetivos:

- (a) Estabelecer ou fortalecer programas de treinamento vocacional que atendam as necessidades de meio ambiente e desenvolvimento com acesso assegurado a oportunidades de treinamento, independentemente de condição social, idade, sexo, raça ou religião;
- (b) Promover uma força de trabalho flexível e adaptável, de várias idades, que possa enfrentar os problemas crescentes de meio ambiente e desenvolvimento e as mudanças ocasionadas pela transição para uma sociedade sustentável;**
- (c) Fortalecer a capacidade nacional, particularmente no ensino e treinamento científicos, para permitir que Governos, patrões e trabalhadores alcancem seus objetivos de meio ambiente e desenvolvimento e facilitar a transferência e assimilação de novas tecnologias e conhecimentos técnicos ambientalmente saudáveis e socialmente aceitáveis;**
- (d) **Assegurar que as considerações ambientais e de ecologia humana sejam integradas a todos os níveis administrativos e todos os níveis de manejo funcional, tais como marketing, produção e finanças.** (Agenda 21, 1995 p. 437) (grifos meus)

A Eco-92 também surtiu efeitos no âmbito nacional, pois durante a Conferência foi elaborada, com a participação do Ministério da Educação (MEC), a Carta brasileira para educação ambiental, que reforça a necessidade de complementação da legislação em relação às políticas específicas de educação ambiental, em todos os níveis de ensino, no país. Tal exigência foi refletida na criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PNEA), pela Lei Federal nº 9.795/1999.

É importante notar que anteriormente à aprovação da PNEA no Brasil, o Banco Mundial lançava o seu Programa de Educação Ambiental, em 1997. Tal documento estabelece diretrizes para a adoção de planos nacionais e, tudo leva a acreditar, que a aprovação do PNEA em 1999 tenha uma relação direta com essa pressão internacional.

Não posso deixar de ressaltar que houve importante participação de movimentos ambientalistas, de militantes e de professores na elaboração das diretrizes internacionais. No entanto, a intervenção da ONU na pauta limitou o potencial transformador de ditos movimentos, assegurando que suas agendas se adaptassem aos objetivos do capital internacional e das instituições que o sustentam. Análise semelhante foi feita por Campbell

(2000), sobre a apropriação do processo de luta anticolonial pela ONU, nos anos 1960⁹; e por Federici (2014, p. 88) acerca do papel colonizador da ONU nos movimentos feministas, na década de 1970.

Embora seja necessário um estudo mais aprofundado para chegar a conclusões semelhantes para o movimento ambientalista, é possível traçar um paralelo entre a emergência da questão ambiental nas pautas dos organismos internacionais e a intensificação da contraofensiva neoliberal em busca de reestabelecer o domínio da classe capitalista sobre a classe trabalhadora, nos anos 70. Nesse sentido, o papel dos organismos internacionais pode ser entendido como o de neutralização dos movimentos e de captura de suas pautas em seu programa político.

Ainda, é possível estabelecer uma relação entre os interesses das organizações internacionais, a adoção de medidas legislativas por parte dos Estados nacionais e a implementação de planos de gestão ambiental de grandes empresas transnacionais. É nesse sentido que no próximo item irei trabalhar a incorporação da educação ambiental nos relatórios de sustentabilidade da Ambev, Tetra Pak e Unilever, a fim de verificar em que medida as iniciativas de formação educacional de catadores (as) são mencionadas.

4. Educação ambiental e capital internacionalizado na gestão de resíduos sólidos.

Nesse item, pretendo me concentrar nos processos formativos em educação ambiental adotados por grandes empresas e voltados à gestão de resíduos sólidos. Tal gestão se traduz na preponderância da reciclagem e da posterior reutilização, uma vez que dentre os chamados “3R” da sustentabilidade – reduzir, reutilizar e reciclar – a redução nem sempre compactua com os objetivos empresariais de produtividade e de lucro máximo.

Irei me ater ao processo da reciclagem, pois é nessa etapa que se inserem os catadores e catadoras de materiais recicláveis, objetos dos programas de educação ambiental elaborados por transnacionais. Embora o conceito de “reciclagem” pareça relativamente recente em nosso vocabulário, ele já era exposto, em outros termos, por Marx, no final do século XIX:

“Resíduos do consumo são as matérias naturalmente excretadas pelos seres humanos, os restos de vestuário sob a forma de trapos, etc. Os resíduos do consumo são da maior

⁹ Os EUA viam no processo de descolonização territorial uma oportunidade para a criação de um mercado global livre das barreiras que os impérios coloniais impunham na circulação internacional de mercadorias. A partir de então, o colonialismo deu-se a partir de outras nuances, com a interferência estadunidense. Naquele momento, a ONU assumiu papel no processo de descolonização argumentando que a descolonização estava contemplada na Declaração dos Direitos Humanos, de 1945.

importância para a agricultura. Quanto à aplicação deles, há um colossal desperdício na economia capitalista; em Londres, por exemplo, o melhor que se sabe fazer com os excrementos de 4 1/2 milhões de habitantes é utilizá-los, com enorme dispêndio, para infectar o Tâmsa” (MARX, 1988. p. 76).

Conforme evidenciado nessa passagem, Marx já denotava o desperdício da economia capitalista ao não garantir nenhuma forma de aplicação dos resíduos do consumo. Atualmente, no entanto, tal prática tem sido incentivada, pois a economia capitalista tem despertado para os lucros que podem ser gerados ao reverter tal desperdício. É nesse sentido que busco demonstrar o argumento de que existe uma utilização ideológica da educação ambiental pelo capitalismo internacional.

A reciclagem é uma forma de gerar lucros econômicos e de repor as categorias da reprodução capitalista. Existem certos resíduos que possuem um valor positivo no mercado, tais como plástico, papel e metais, e que voltam à cadeia produtiva, servindo como matéria prima para a elaboração de novas mercadorias.

Segundo o relatório da PNUMA-ONU, “Waste Crime – Waste Risks – gaps in meeting the global waste challenge”, estima-se que o mercado global de resíduos, da coleta até a reciclagem, seja de 410 bilhões de dólares por ano (UNEP, 2015, p. 4). Apenas no Brasil, se estima um faturamento anual de 10 bilhões de reais da indústria recicladora, conforme dados da Folhapress¹⁰.

Nesse sentido, a questão ambiental torna-se fator importante na competitividade dos países e de suas empresas, tornando-se inclusive uma estratégia de mercado (BARBIERI, 2007). Para entender mais de perto no que consiste essa vantagem estratégica, realizei uma análise conjunta dos últimos Relatórios de Sustentabilidade da Tetra Pak, Unilever e Ambev. Como o intuito não é fazer uma análise pormenorizada, mas apenas demonstrar em que medida tais relatórios podem contribuir para trazer um panorama sobre a questão, irei expor apenas os dados que, de alguma forma, foram tidos como relevantes para o artigo.

No Relatório de Sustentabilidade 2016 da Ambev, o lema da empresa é abordado da seguinte forma: “temos o sonho de unir as pessoas por um mundo melhor” (AMBEV, 2017, p. 8). Além disso, a empresa criou o programa Ambev Recicla, que apoia cooperativas de coleta

¹⁰ Os dados obtidos pelo MNCR, Cempre, Abrelpe, Abralatas, Abiplast, Anap e Tetra Pak foram analisados pela Folhapress e publicados em matéria online. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1931015-parceria-entre-industria-e-redes-de-catadores-empurra-reciclagem.shtml>

de material reciclável, em parceria com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)¹¹. Em 2016, foram apoiadas 54 cooperativas em 19 cidades de todas as regiões do país. Mais de 1600 cooperados que comercializaram mais de 38 mil toneladas de material reciclável. Em educação ambiental, em 2016 foram mais de 100 ações de educação ambiental, impactando diretamente mais de 11 mil pessoas, promovendo o tema da reciclagem em diversas comunidades do país (AMBEV, 2017, p. 74).

No Plano de Sustentabilidade da Tetra Pak, de 2017, é mencionada a contribuição da empresa para os objetivos de desenvolvimento sustentável traçados pela ONU. O lema que move a empresa está baseado no compromisso de proteger a comida, proteger as pessoas e proteger o futuro, traduzido na frase “*Protects what is good™*” (TETRA PAK, 2017, p. 5). A empresa apoia cooperativas, cedendo equipamentos básicos para a realização das triagens, isto é, empresta os meios de produção para que os cooperados produzam matérias primas que serão revertidas para a própria empresa cedente. A Tetra Pak também desenvolve o projeto “Cuidando do Futuro”, programa de formação de lideranças junto a cooperativas de reciclagem, sem contar outros projetos envolvendo a temática ambiental.

O documento “Olhar Sustentável 2017”, Plano de Sustentabilidade da Unilever, destaca que as metas da empresa são mais do que econômicas, são guiadas pelo princípio de que “é preciso trabalhar para criar um mundo melhor todos os dias”, o que se dá ajudando as pessoas a terem melhores condições de trabalho e a se sentirem bem ao mesmo tempo em que a empresa traz crescimento ao negócio (UNILEVER, 2018, p. 4). Nesse sentido, o relatório evidencia que, no ciclo de reaproveitamento promovido pelas empresas, as cooperativas de reciclagem têm mais oportunidades de trabalho e renda, o que é de extrema importância para a cadeia sustentável do produto (UNILEVER, 2018, p. 10). Acerca da educação ambiental, o relatório menciona que ela deve ser um compromisso assumido pela população, governo e empresas. “O futuro das novas gerações depende de toda a sociedade” (UNILEVER, 2018, p. 10). A Unilever também tem um projeto em parceria com o Grupo Pão de Açúcar, chamado “Estação de Reciclagem”, que funciona desde 2001 e atinge 20 cooperativas de catadores e

¹¹ Embora haja contradições nesta parceria, também é necessário pontuar que os catadores são trabalhadores informais, em um contexto de precarização crescente do trabalho, cumprindo papel de exército de reserva, na maioria das vezes, sem qualificação. Nesse sentido há vantagens pragmáticas em adquirir conhecimento técnico. Por outro lado, o MNCR também possui um processo de formação militante. “A educação bancária, a ideologia empresarial e o preconceito e classe contra o catador são opostos ao que propõe o programa de formação política do MNCR, que, apesar de muito abrangente, sempre se propôs a ser uma ferramenta impulsionadora, a ser construída e complementada durante o processo de formação” (PINHEL, 2013, p. 115)

catadoras de materiais recicláveis que trabalham nas estações.

De forma geral, algumas expressões se sobressaem nos documentos analisados, dentre elas, a mais relevante é a proteção do futuro dos consumidores, ligado a melhorias advindas da sustentabilidade (“o sonho de unir as pessoas para um futuro melhor”, da Ambev; “nós protegemos sua comida, as pessoas e seu futuro”, da Tetra Pak; “O futuro das novas gerações depende de toda a sociedade”, da Unilever). A educação ambiental voltada à formação de catadores fica mais explícita no Relatório de Sustentabilidade da Tetra Pak, com o programa de formação de lideranças em cooperativas de reciclagem. Não mera coincidência, o nome do projeto é “Cuidando do Futuro”, trazendo mais uma vez a concepção da educação ambiental voltada para um futuro de sustentabilidade, vago de sentido.

Os programas Ambev Recicla e Estação de Reciclagem Unilever-Pão de Açúcar também prezam pela capacitação técnica dos catadores cooperados. Por meio de parcerias com cooperativas formalmente legalizadas, tais empresas conseguem não apenas atingir as metas impostas por organismos internacionais, mas também obter benefícios econômicos: força de trabalho barata e matérias primas de baixo custo¹². Nesse sentido, a formação de catadores e catadoras é uma iniciativa de racionalização e de intensificação do trabalho, com o interesse em minimizar ou evitar custos de produção. Não são demonstrados, nos relatórios, obviamente, os verdadeiros custos de produção.

Diante disso, podem ser tiradas duas conclusões. A primeira é que nem todos os catadores e catadoras são interessantes para as empresas transnacionais, apenas aqueles que estão organizados em cooperativas e associações, foco de suas formações. A segunda é que são reciclados apenas os resíduos economicamente viáveis, por essa razão apenas os resíduos que têm maior valor agregado na cadeia, isto é, que possuem valor de troca, apresentam maior volume de reciclagem.

Embora não seja o foco do presente trabalho, também se destaca o impacto positivo do chamado marketing ambiental ou marketing verde, não apenas por colocarem as empresas como uma referência em tecnologia de reciclagem, mas também por uma questão de responsabilidade social na “inclusão” das atividades de cooperativas de catadores. Nesse sentido, os relatórios analisados possuem um forte caráter de propaganda da responsabilidade

¹² Também se pode acrescentar dentre os benefícios econômicos o consumo de outras mercadorias, A fabricação do PET reciclado, por exemplo, consome 70% menos energia e 20% menos água em relação à resina virgem, gerando economia até mesmo no uso de petróleo (TETRA PAK, 2017).

social do capital.

Dessa forma, também é possível observar que a educação ambiental é utilizada pelas transnacionais como mais um mecanismo de competitividade em um mercado monopolista, de concentração de poder econômico. O relatório da Unilever menciona, por exemplo, que a empresa conta com 26 marcas sustentáveis, que, em 2017, cresceram 46% mais rápido que as demais e respondem por mais de 70% do crescimento do grupo (UNILEVER, 2018, p. 6). Ou seja, quanto mais educados sobre a problemática ambiental forem os consumidores, mais marcas sustentáveis irão consumir, sem se questionarem sobre o consumo destas mercadorias.

A educação ambiental para reciclagem, nesse sentido, pode ter uma roupagem de ética cidadã para aqueles que separam os resíduos domiciliares, de forma que o ecologicamente correto vai sendo incorporado inclusive como uma norma social. Lamosa (2003) interpreta esse cenário de crise de acumulação a partir do conceito de “sociabilidade”, em Gramsci. Para o autor, certos setores do empresariado, a partir da segunda metade da década de 1990, se organizaram para imprimir um novo padrão de sociabilidade. a fim de garantir as condições de reprodução do modo de produção capitalista em meio à emergência da questão ambiental, utilizando-se da educação ambiental como subterfúgio.

Tendo a concordar com a análise de Lamosa, porém intento situá-la em um contexto do capitalismo internacionalizado, uma vez que este padrão de sociabilidade não é exclusivo da realidade brasileira, e inclusive traz maiores vantagens para as transnacionais¹³. Além disso, situo o debate em um contexto de intensificação da precarização do trabalho e, nesse sentido, meu foco é na centralidade do trabalho e no papel da ideologia na formação da força de trabalho nos chamados “trabalhos verdes”, que possuem “verde” apenas no nome.

Considerações finais

Ao longo deste texto, tentei demonstrar que a educação ambiental tem sido utilizada ideologicamente pelo capitalismo internacional. Por um lado, tal fato é observável na forma como a educação ambiental tem sido abordada nos documentos internacionais e nos relatórios de sustentabilidade das transnacionais. Desse modo, os processos formativos de catadores e catadoras de material reciclável, promovidos pelas transnacionais tem se caracterizado como

¹³ Nesse sentido, é interessante mencionar as estratégias utilizadas por transnacionais oriundas de países desenvolvidos, que incorporam a tecnologia necessária para a reciclagem pós-consumo. Tais empresas, ao se instalarem em países em desenvolvimento, fazem lobby para a incorporação de legislação ambiental que os garanta um diferencial no mercado.

uma técnica necessária aos interesses da reprodução do modo de produção capitalista e seguem as recomendações internacionais sobre o tema. Nesse sentido, os catadores e catadoras são vistos como força de trabalho barata que recebem investimento em formação por parte das empresas para reproduzirem tal técnica de forma mais qualificada.

No entanto, “a reprodução da força de trabalho revela não apenas a reprodução de sua qualificação, mas de sua submissão à ideologia dominante ou da prática dessa ideologia” (ALTHUSSER, 1996, pp. 108-109). Nesta chave, foi possível observar que a educação ambiental cumpre um papel ideológico, ao interpelar os sujeitos, impondo-lhes verdades imutáveis, evidências sobre a premência da questão ambiental, em consonância com o conceito de “evidência” trazido por Althusser.

A evidência estaria relacionada a emergência de riscos e de desastres ambientais gerados pela intervenção humana, que justifica a necessidade de estabelecer mudanças na forma como se produz. Os sujeitos interpelados, a partir do que foi aqui estudado, são os catadores e catadoras de materiais recicláveis, que são considerados força de trabalho barata que deve ser qualificada, através da técnica, e que deve reproduzir, socialmente, por meio da ideologia da educação ambiental, os interesses capitalistas na readequação do próprio modo de produção.

A análise dos relatórios de sustentabilidade das transnacionais levou-me a localizar na concepção de educação ambiental para o futuro uma forma ideológica de representar a relação das empresas com a realidade social. Isso porque, de outro modo, ficou evidente que o nível de reciclagem no Brasil não está associado à premência de uma questão puramente ambiental, mas sim à questão social que ela remete.

É nesse sentido que a educação ambiental no capitalismo atua como ideologia na reprodução das condições materiais de produção, sobretudo, na reprodução da própria formação da força de trabalho. Se o capital só pode existir por meio da exploração simultânea da força de trabalho e da natureza, a educação ambiental no capitalismo só pode servir como ideologia para repor essas categorias. Seu potencial transformador, por outro lado, torna-se limitado diante da captura das organizações internacionais, servindo, no limite, como contenção de danos em períodos de crises. Por isso que a superação do modo de produção capitalista passa, necessariamente, pelo entendimento da questão ambiental a partir da questão social a ela subjacente e de suas conotações de classe.

Referências bibliográficas

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. Ciências sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. *BIB - Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*, ANPOCS. No. 53, 1º semestre de 2002, pp.35-78.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. In: ZIZEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, pp. 105-142.

AMBEV. Relatório de Sustentabilidade 2016. Disponível em: https://www.ambev.com.br/conteudo/uploads/2017/05/Ambev_Relat%C3%B3rio_Sustentabilidade_2016.pdf

BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 382.

BATISTA, Flávio Roberto. *Crítica da tecnologia dos direitos sociais*. São Paulo: Outras expressões; Dobra Editorial, 2013.

CAMPBELL, Horace G. *US security doctrine and the Africa crisis response initiative*. Africa Institute of South Africa, 2000.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CATINI, Carolina. Força de trabalho, sujeito de direito e educação: notas introdutórias. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 34, n.1, p. 262-285, jan./abr. 2016.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Agenda 21: a Agenda 21*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>.

EAGLETON, Terry. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In: ZIZEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, pp. 179-226.

FEDERICI, Silvia. “Rumbo a Beijing ¿Cómo las Naciones Unidas colonizaron el movimiento feminista?”. *Revista Contrapunto*, v. 5, nov. 2014.

FOLADORI, Guillermo. Cinco falacias sobre la crisis ambiental. *Revista Extensão – Rural*

DEAER/CPGExR/CCR/UFMS, Ano VIII, jan./dez. de 2001.

FOLADORI, Guillermo. Na busca da racionalidade ambiental. *Ambiente & Sociedade - Ano III - No 6/7 - 1o Semestre de 2000/2o Semestre de 2000.*

FOLADORI, Guillermo. Una tipología del pensamiento ambientalista. In: FOLADORI, G. y PIERRI, N. *¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable.* México: Miguel Ángel Porrúa, 2005.

FOLADORI, Guillermo; TOMMASINO, Humberto. El enfoque técnico y el enfoque social de la sustentabilidad. *Revista Paran. Desenvol.*, Curitiba, n. 98, p. 67-75, jan/jun. 2000.

GALEANO, Eduardo. *Úselo y tírelo: El mundo visto desde una Ecología Latinoamericana.* Buenos Aires: Editora Planeta, 1994.

LAMOSA, Rodrigo. *A educação ambiental e o novo padrão de sociabilidade do capital: um estudo nas escolas de Teresópolis (RJ).* Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro: 2010.

LAYRARGUES, Philippe. *A natureza da ideologia e a ideologia da natureza: elementos para uma sociologia da educação ambiental.* Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Sociologia, IFCH. Unicamp: 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. O dito e o não-dito na década da educação para o desenvolvimento sustentável promovida pela UNESCO. *Pesquisa em Educação Ambiental*, vol.11, n.2 – pags. 58-71,2016.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen.* 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 167-168.

LUKÁCS, György. *Existencialismo ou marxismo.* São Paulo: Senzala, 1967.

MARX, Karl. *O capital.* livro 3, vol. IV. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã.* 2a edição. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

PINHEL, Julio Ruffin. *Do Lixo à Cidadania: Guia para a Formação de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis.* Patrocínios: Natura e Ambev. IPESA; Editora Peirópolis,

2013.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1977.

TETRA PAK. *2017 Sustainability report: Food, people, futures*. Disponível em: <https://assets.tetrapak.com/static/documents/sustainability/2017-sustainability-report.pdf>

TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia Ramos (org.). *Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

UNILEVER, *Plano de Sustentabilidade 2017*. Olhar Sustentável, n.1, jun. 2018. Disponível em: https://www.unilever.com.br/Images/olhar-sustentavel_tcm1284-523609_pt.pdf

United Nations Environment Programm (UNEP). *Waste Crime – Waste Risks: Gaps in Meeting the Global Waste Challenge*. Nairobi e Arendal, 2015.

WORLD BANK. *Environmental Education: Building Constituencies*. Washington, D.C.: World Bank Group, 1997.

ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, pp. 7-38.